

# Política salarial divide líderes

Antes de definirem a pauta de votação do esforço concentrado que começa hoje, os líderes partidários vão ter que chegar a um consenso sobre a mais polêmica das medidas provisórias: a de número 273, que trata da política salarial. O líder do governo na Câmara, Humberto Souto (PFL-MG) acha que a tentativa do governo, empresários e sindicalistas para chegar a fórmula certa de reposição salarial deve ser "priorizada". O Congresso ficaria neste caso aguardando para legislar em cima desse eventual acordo, prendendo-se unicamente ao calendário da votação, que se encerrará dia 17 de dezembro.

O líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, pensa diferente. "Vamos deliberar com ou sem resultados. Se chegarem a um resultado, que bom; senão, já teremos deliberado". Ele inclui esta iniciativa dentro da decisão de fazer a pauta de votação "em cima de uma escala de prioridades". O líder disse que vai enfrentar de forma "moderadamente otimista" a votação de 17 medidas provisórias, 35 vetos do Presidente da República, mais o orçamento da União, e 21 projetos de lei, a maioria requerendo crédito suplementar para órgãos do governo.

Os vetos não estão sujeitos a prazo. As medidas provisórias têm

que ser reeditadas se perderem a validade em 30 dias, mas a pior situação é a dos projetos de lei, que serão arquivados, caso não sejam apreciados nas legislaturas em que foram apresentados.

Entram na ordem do dia de hoje três medidas provisórias: a que altera a competência do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a que trata do reajuste das prestações da casa própria no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e a que transfere para a Fundação Nacional de Saúde (FNS) as atividades de informática do Sistema Único de Saúde (SUS), desenvolvido pelo Dataprev. (A.E.)

JORNAL DE BRASÍLIA

0661 730 400  
04 DEZ 1990